



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

RESPOSTA ao RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO: 012242/2024

EMPRESA RECORRENTE: MM ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA
EMPRESA RECORRIDA: não teve

Processo Licitatório: 05570/2024

Referente ao:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2024

DATA DA ABERTURA: 30 de julho de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA, CALIBRAÇÃO E CERTIFICADO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item para registro de preço, com observância da lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, com observância ao Decreto Municipal nº 3.584, de 01 de dezembro de 2022 e as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/07/2024, no jornal de grande circulação (O Dia) em 12/07/2024, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS

De acordo com o item 11.1 do edital, conforme abaixo, a manifestação de recurso deverá ser forma motivada e RESUMIDA, prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo máximo de 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada e RESUMIDA, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

A empresas **MM ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA**, denominada **RECORRENTE**, manifestou interesse de recurso de forma e prazo correto, em 14/08/2024, na Plataforma BLL Compras, conforme a seguir: “em relação a parte técnica o edital solicita, Analisador de sinais vitais, com ECG, SPO2, PNI, RESP, PNI e PI, para monitor (9.15.1.9), estes foram anexados, não solicita analisador de respirador mecanico. Em relação a CND Estadual, solicito diigencia, excepcionalmente é possível a inclusão posterior de documento destinado a esclarecer ou complementar a instrução do processo através do instituto da diligência, a ser determinada a critério do pregoeiro, aguardo e respeitosamente peço deferimento.”

A TEMPESTIVIDADE DO RECURSO e DO CONTRARRECURSO:

O presente recurso foi interposto pela empresa **MM ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA** em 15 de agosto de 2024, através da Plataforma BLL Compras dentro do prazo legal, portanto tempestivo.

Não teve apresentação de Contrarrecurso na da Plataforma BLL Compras.

DOS FATOS

Na realização do Pregão, as empresas classificadas no item seguem informadas abaixo, conforme print de tela feito da Plataforma BLL Compras.

Classificação - Lote 1			
Classificados			
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
MM ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA	PARTICIPANTE 040	13.500,00	

Inabilitados			
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME
MEASURE OFFSHORE SERVICES DE ENGENHARIA ELÉTRICA E NAVAL E COMERCIO DO BRASIL LTDA	PARTICIPANTE 073	6.900,00	
WIMED SERVICOS E COMERCIO LTDA	PARTICIPANTE 052	6.999,99	

Desclassificados			
Razão Social	Participante	Melhor Lance	ME

DO RECURSO APRESENTADO NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

A **RECORRENTE**, interpõe recurso administrativo: “contestamos a decisão de inabilitação proferida contra nossa empresa, mediante dos argumentos a seguir”.

A **RECORRENTE** informa sua inabilitação pelos fatos e fundamentos a seguir:

- Sobre o item **1 - HABILITAÇÃO TÉCNICA**, conforme item 6.6 do Termo de Referência e item 9.15 do edital, especialmente o item 9.15.1.9, a empresa informa:

9.15.1.9 Certificação de calibração com rastreabilidade junto a RBC INMETRO. Em nome da empresa dos equipamentos utilizados pela calibração e certificação, tais como: joulimetro, analisador de segurança elétrica, analisador de bisturi eletrônico, teço-metro digital, termohigometro, PNI, validador térmico para validação de autoclave e câmara de refrigeração, medidor de nível sonoro, transdutor de pressão e PSO padrão, pipeta graduada, para bomba de infusão, analisador de ECG, para eletrocardiógrafo e monitor, analisador de oximetria, para oxímetro e monitor, analisador de sinais vitais, com ECG, SPO2, PNI, Resp, PNI e PI, para monitor (validação térmica RDC 15,17/2010,NBR ISSO 17.665).

Nas suas argumentações sobre o item a **RECORRENTE** informa que de acordo com a avaliação técnica foram inabilitados “Considerando a falta de certificado de calibração do Analisador de Respirador, a empresa em questão não se encontra habilitada,” informando em momento algum é solicitado analisador de respirador, e somente “analisador de sinais vitais, com ECG, SPO2, PNI, Resp, PNI e PI, para monitor”, manifestando o entendimento da empresa sobre o assunto, que nesse caso, foi considerada como analisador de respirador, mas no contexto do edital é tão somente um parametro

do monitor”, explicando o significado RESP no monitor, incluindo, a imagem do modulo RESP (respiração) na tela de um monitor cardíaco, além de informações e características pertinentes ao assunto. Tal item tem sua análise prejudicada pela falta da Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual, item 9.8.4 do edital.

- Sobre o item **2 – REGULARIDADE FISCAL**, conforme item 9.8.4, “certidão de regularidade para com a fazenda estadual..., fomos desclassificados por não apresentação desta certidão”.

Nas suas argumentações sobre o item a **RECORRENTE** informa que “A licitação caracteriza procedimento formal e burocrático, composto por diversas etapas, cada qual com suas particularidades. Conforme se avança, ocorre a perda do exercício da faculdade, fenômeno conhecido por preclusão. É o que se dá em relação ao licitante, que deve apresentar a documentação e a proposta no prazo fixado no edital, não podendo complementá-lo posteriormente”. Informando, ainda, que “é possível a inclusão posterior de documento destinado a esclarecer ou complementar a instrução do processo através do instituto da diligência, a ser determinada a critério do pregoeiro, comissão de licitação ou autoridade superior”. Informa claramente em sua impugnação que a **RECORRENTE** juntou de forma equivocada a CDN FEDERAL por duas vezes no sistema, inclusive com print de tela, além de anexar ao final deste recurso a referida CND Estadual faltante, além diversos certificados, além de citar o acórdão nº 1211/2021, Plenário do TCU.

Finaliza o recurso solicitando “a realização da diligência para conferência da CND em questão e constatando sua veracidade, solicitamos nossa habilitação no processo alvo deste recurso”, bem como, o deferimento do recurso.

DA CONTRARRAZÃO APRESENTADA NA PLATAFORMA BLL COMPRAS:

Não houve apresentação e contrarrazão apresentado na plataforma.

DO MÉRITO:

Sempre é bom lembrar do Art. 5º da lei n.º 14.133/2021 que diz: A licitação destina-se a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

Observados os ritos legais, o recurso e contrarrazão ficam disponibilizados na **PLATAFORMA BLL COMPRAS** para que os licitantes tenham acesso e na plataforma respondam seus pedidos e tenham acesso aos demais documentos/informações necessárias.

Inicialmente, após todo o exposto na interposição deste recurso, diante dos itens reclamados pela **RECORRENTE**, e para melhor decisão do recurso apresentado, antes da manifestação desta Pregoeira, necessário se fez enviá-lo, primeiramente, ao setor requisitante, neste caso, a Secretaria Municipal de Saúde, com vistas ao Hospital Maternidade Santa Theresinha para análise e pronunciamento do recurso, tendo em vista que os quesitos apresentados no item **1. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA**, serem exclusivamente da parte técnica, conforme item 9.15 do edital. Após enviado a Assessoria Jurídica da Saúde para análise e parecer. As manifestações e argumentações apresentadas serão de suma importância para decisão desta Pregoeira.

Com intuito de agilizar a análise por parte desta Pregoeira, informo os itens reclamados no recurso pela **RECORRENTE**, que diz:

(...)

9.8.4 Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

9.15 HABILITAÇÃO TÉCNICA

(...)

9.15.1.9 Certificação de calibração com rastreabilidade junto a RBC INMETRO. Em nome da empresa dos equipamentos utilizados pela calibração e certificação, tais como: joulimetro, analisador de segurança elétrica, analisador de bisturi eletrônico, teço-metro digital, termohigometro, PNI, validador térmico para validação de autoclave e câmara de refrigeração, medidor de nível sonoro, transdutor de pressão e PSO padrão, pipeta graduada, para bomba de infusão, analisador de ECG, para eletrocardiógrafo e monitor, analisador de oximetria, para oxímetro e monitor, analisador de sinais vitais, com ECG, SPO2, PNI, Resp, PNI e PI, para monitor (validação térmica RDC 15,17/2010,NBR ISSO 17.665).

- **DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE:**

A Secretaria Municipal de Saúde, com vistas do Hospital Maternidade Santa Theresinha, no processo 012242/2024, apresenta suas argumentações com a seguinte informação:

“Conforme nova análise realizada, a empresa em questão apresenta de fato o certificado equivalente ao analisador de resp, uma vez que no contexto do edital é solicitado analisador de sinais vitais, com ECG, SPO2, PNI, Resp, PNI, e PI, para monitor. Desta forma, o certificado apresentado de calibração do simulador multiparametro condiz com o solicitado em edital.”

- **DA RESPOSTA DA ASSESSORIA JURIDICA DA SAÚDE:**

Abaixo resposta da Assessoria Jurídica da Saúde:

(...)

“A empresa requerente impugnou o edital de licitação, Pregão Eletrônico nº 033/2024, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção corretiva, preventiva e calibração para atendimento do Hospital Maternidade Santa Theresinha.

O recurso é tempestivo.

O objeto do edital consiste na contratação de empresa Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Manutenção corretiva, preventiva e calibração para atendimento do Hospital Maternidade Santa Theresinha.

Alega a empresa em síntese que a Municipalidade deveria aceitar o certificado de calibração do Analisador de Respirador, bem como considerar a apresentação extemporânea da Certidão de Regularidade Fiscal da Fazenda Estadual, que por um lapso foi juntado a CND Federal por duas vezes.

Com relação ao primeiro pedido sua análise segue prejudicada, vez que a empresa confessa em seu recurso que não juntou documento obrigatório em momento oportuno, logo infringiu a regra contida no item 5.1.2 do edital.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento do recurso nos termos da Cláusula 5.12.”.

Diante do recurso interposto, bem como, das informações por parte do Setor solicitante e parecer da Assessoria Jurídica da Saúde, informo que:

No que diz respeito a parte da Secretaria Municipal de Saúde, com vistas do Hospital Maternidade Santa Theresinha, referente ao item **1 - HABILITAÇÃO TÉCNICA**, e de acordo com item 6.6 do Termo de Referência e item 9.15 do edital, especialmente o item 9.15.1.9, a Secretaria informa que “Conforme nova análise realizada, a empresa em questão apresenta de fato o certificado equivalente ao analisador de resp, uma vez que no contexto do edital é solicitado analisador de sinais vitais, com ECG, SPO2, PNI, Resp, PNI, e PI, para monitor. Desta forma, o certificado apresentado de calibração do simulador multiparametro condiz com o solicitado em edital,” retificando a informação da primeira análise realizada onde foi informada a esta Pregoeira que “Considerando a falta de certificado de calibração do Analisador de Respirador, a empresa em questão não se encontra habilitada”. Tal item tem sua análise prejudicada pela falta da Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual, item 9.8.4 do edital.

No que diz respeito ao item **2 – REGULARIDADE FISCAL**, referente a Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado, a **RECORRENTE NÃO** apresentou a documentação exigida em edital.

A própria **RECORRENTE** afirma no recurso apresentado da vedação de inclusão de documentos posteriores, como informado a seguir: “É o que se dá em relação ao licitante, que deve apresentar a documentação e a proposta no prazo fixado no edital, não podendo complementá-lo posteriormente”; “Juntamos de forma equivocada a CDN FEDERAL por duas vezes no sistema”, inclusive, no **acórdão nº 1211/2021**, o Plenário do TCU apresentado pelo licitante que diz da “possibilidade de o licitante submeter novos documentos para suprir erro, falha ou insuficiência”; “é lícito ao pregoeiro ou comissão de licitação a diligência destinada a sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica”; “sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha”,

Vejam os que diz o edital sobre os documentos de habilitação e da falta de apresentação dos mesmos:

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **OBRIGATORIAMENTE** e concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital e seus anexos (...).

5.1.2 Caso o Licitante NÃO apresente por meio do sistema e no ato e em conformidade com o item 4.1, todos os documentos de habilitação exigidos neste edital, ou ausente algum documento, **este será declarado INABILITADO** no momento oportuno. (grifo nosso)

5.1.3 **Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame**, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI. (grifo nosso)

9.1 Todos os documentos de Habilitação constante neste tópico (ITEM 9) DEVERÃO, OBRIGATORIAMENTE, ser anexados e apresentados no ato do cadastro da proposta, em conformidade com o item 5.1. Não será aberto prazo e ou oportunidade para apresentação de documentos de habilitação em outro momento do certame, salvo os casos previstos para regularização de documentos apresentados com restrição pelas empresas consideradas ME/EPP/MEI.

9.6 As empresas deverão apresentar no sistema do certame, apenas os documentos constantes neste Item 9 – DA HABILITAÇÃO do edital, mesmo que

o sistema apresente oportunidades de outros documentos que não fazem relação ao presente item.

Vejam, ainda o que diz o a Lei nº 14.133/2021 sobre a vedação de documentos de habilitação:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição** ou a apresentação de novos documentos, **salvo em sede de diligência**, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

Portanto, frases como “Temos toda documentação pertinente a este processo licitatório, CND estadual anexada ao final deste” e, ainda, “pedimos a realização da diligência para conferência da CND em questão e constatando sua veracidade” são totalmente desnecessárias. A questão é simples! A empresa **RECORRENTE** não anexou a plataforma o item 9.8.4 do edital pertinente a REGULARIDADE FISCAL, qual seja, Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente.

Quanto a parte técnica, a Secretaria Municipal de Saúde, através do Hospital Maternidade Santa Theresinha, em análise pós licitação afirma que: “Conforme nova análise realizada, a empresa em questão apresenta de fato o certificado equivalente ao analisador de resp (...). Desta forma, o certificado apresentado de calibração do simulador multiparametro condiz com o solicitado em edital.” Ou seja, no momento de habilitação pela parte técnica do Setor demandante, a empresa não foi habilitada e após a realização do procedimento licitatório e análise do recurso em tela, o Setor demandante habilitou a empresa no quesito parte técnica.

Diante das informações prestadas, neste momento, o pronunciamento feito pela parte técnica torna-se prejudicada, uma vez que a empresa recorrente deixou de anexar documentos de habilitação obrigatórios, neste caso, a Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual, item 9.8.4 do edital.

DO JULGAMENTO:

Considerando que essa Pregoeira entende que o procedimento licitatório foi conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao edital.

Considerando os princípios basilares aplicados ao direito administrativo e, mais especificamente, às licitações, nomeados no artigo 5º da Lei nº 14.133/21, com destaque aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e do julgamento objetivo.

Considerando que se tratando de procedimento licitatório, não se pode esquecer que tanto a Administração Pública quanto os licitantes se vinculam às cláusulas do edital, cláusulas essas que são a lei interna que rege o certame, havendo, portanto, a necessidade de se cumprir estritamente o que nele se prevê, sem que o processo licitatório seja interpretado de forma qualquer.

Considerando que esta Administração Pública se baseia no princípio da vinculação ao edital, e deve respeitar as regras previamente estabelecidas no instrumento que convoca e rege a licitação, como medida de garantia e de segurança jurídica a ela e aos licitantes.

Considerando que a Lei nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – NLLC, menciona o “instituto da diligência” nos artigos: 42, § 2º; 59, § 2º e 64, incisos I e II, e que em nenhum deles se aplica “a inclusão posterior de documento”, como citado pela **RECORRENTE**;

Considerando que a **RECORRENTE** não apresentou o item o item 9.8.4 do edital, Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado.

Considerando que não há de se falar em “realização da diligência para conferência da CND em questão e constatando sua veracidade, solicitamos nossa habilitação no processo alvo deste recurso”, já que tal documento não foi anexado na plataforma;

Considerando que o edital é a lei entre as partes, e que, neste momento, APÓS A REALIZAÇÃO DA SESSÃO e RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS, essa Pregoeira não pode permitir a inclusão de novos documentos, uma vez que o edital foi publicado com solicitação de tal documento, haja vista que representa descumprimento das normas e condições do edital.

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação **NÃO ENTENDE** como EXCESSO DE FORMALIDADE a inabilitação de uma empresa que deixou de apresentar documento de habilitação solicitado em edital;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação **ENTENDE** que a inabilitação da **RECORRENTE** não é uma grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO, já que foi feita de acordo com as legislações acima informadas.

Considerando todo o exposto, opino pelo indeferimento do recurso administrativo apresentado, permanecendo com a inabilitação da empresa **RECORRENTE**, por entender que a falta de documento afrontam as legislações vigentes.

DA DECISÃO:

Esta Pregoeira/Agente de Contratação, acolhe o recurso administrativo interposto pela empresa **MM ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOSPITALAR LTDA**, denominada **RECORRENTE**, para **INDEFERI-LO** em sua totalidade, permanecendo a referida empresa como inabilitada. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Senhor Prefeito e após a decisão será publicado nos meios de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 28 de agosto de 2024

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Agente de Contratação/Pregoeira